aspectos emocionais, cognitivos, e na transmissão de valores fundamentais para o sujeito. Valores esses que fazem com que o educando pense não apenas na realidade em que está inserido, mas em como transformá-la.

REFERÊNCIAS

CASTANHEIRA, Maria Lúcia; MACIEL, Francisca Isabel Pereira; MARTINS, Raquel Márcia Fontes (org). Alfabetização e letramento na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale – UFMG, 2008.

CORTELLA, Mario Sergio. Nós e a escola: agonias e alegrias. Petrópolis: Vozes, 2018.

HEIN, Ana Catarina Angeloni. Alfabetização e letramento. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2016.

MICOTTI, Maria Cecília de Oliveira. Alfabetização: propostas e práticas pedagógicas. São Paulo, Contexto, 2012.

PETIT, Michèle. Os jovens e a leitura: uma nova perspectiva. São Paulo: Editora 34, 2008.

PILETTI, Nelson. Aprendizagem: teoria e prática. São Paulo: Contexto, 2013.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. Remate de Males: Revista do Departamento de Teoria Literária, São Paulo, n. esp., p. 81-89, 1999.

Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate/article/view/8635992>.

Acesso em:17/01/2022.

CATONIO, Angela Cristina Dias do Rego; MUNIZ, Marielle Rizzo. O lúdico como estímulo à leitura e à escrita: um estudo sobre o projeto de extensão Almanaque. Revista Diálogos: Extensão e Aprendizagem: tempos e espaços,

Brasília, v.19, n.1, dez 2014. Disponível em: < https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/view/5237>. Acesso em 22/01/2022.

BOLOGNESI, Priscila Maria Sbizera. Rodas de leitura na escola: do envolvimento dos alunos aos processos de reflexão. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Psicologia e Educação) – Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2012. Disponível em: < https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-05062012115930/publico/PRISCILA_MARIA_SBIZERA_BOLOGNESI.pdf >. Acesso em 04/01/2022.

KAERCHER, Gládis Elise Pereira da Silva. Literatura infantil e Educação infantil:

Um grande encontro. São Paulo: Acervo Digital da Unesp, 2011. Disponível em:

<https://acervodigital.unesp.br/handle/123456789/453>. Acesso em 08/01/2022.

ESCOLA, ESPAÇO DE APRENDIZAGENS SIGNIFICATIVAS E AS RELAÇÕES COM O MEIO AMBIENTE

JOICE BARBOSA LIMA

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo evidenciar a escola como espaço de aprendizagens significativas e as relações com o meio ambiente. Levando em consideração a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e sua correlação com os direitos humanos e os ODS, bem como, o meio ambiente e suas contribuições para aprendizagens. Os documentos oficiais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) determinam os direitos de aprendizagem dos alunos e possuem 10 competências gerais que direciona o trabalho na educação básica. Já a Declaração Universal dos Direitos Humanos ajudou a consolidar a ideia de direitos humanos e atua na busca de melhorias para a humanidade e no combate às desigualdades. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental. Nesse contexto, a escola é um importante espaço de mobilização e ação e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, em relação às questões ambientais, fazem-se necessárias ações que efetivem a importância do meio ambiente, para que todos se sintam responsáveis pelo espaço que habitam e possam compartilhar responsabilidades.

Palavras Chave: Escola. Meio ambiente. Aprendizagens.

ABSTRACT

This article aims to highlight the school as a space for meaningful learning and relationships with the environment. Taking into account the Common National Curricular Base (BNCC) and its correlation with human rights and SDGs, as well as the environment and its contributions to learning. Official documents such as the Common Base National Curriculum (BNCC) determine the students' learning rights, have 10 general skills that guide the work in basic education. The Universal Declaration of Human Rights helped to consolidate the idea of human rights and acts in the sear-

ch for improvements for humanity and in the fight against inequalities, just as the Sustainable Development Goals (SDGs) are integrated and indivisible, and balance the three dimensions of sustainable development: economic, social and environmental. In this context, the school is an important space for mobilization and action and to enhance children's learning and development, in relation to environmental issues, actions that make the importance of the environment necessary, so that everyone feels responsible for space they inhabit and can share responsibilities.

Keywords: School. Environment. Learning.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende evidenciar e propor reflexões acerca da escola como espaço de aprendizagens significativas e as relações com o meio ambiente.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, já chamava a atenção para a necessidade de uma educação em direitos humanos, sendo um tema pertinente e urgente a ser discutido e ampliado, uma vez que trata assuntos essenciais.

Os ODS também vem assegurar a educação inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica para fundamentar teoricamente o desenvolvimento do trabalho e possibilitar considerações sobre a escola como espaço de aprendizagens significativas em contrapartida com o meio ambiente, destacando ações pedagógicas que potencializam os sabres na educação básica.

A escola tem o compromisso com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Portanto, a determinação para que a Educação Ambiental seja integrada, contínua e permanente implica o início do seu desenvolvimento na educação básica, desde a educação infantil, compreendendo que as crianças são sujeitos históricos e de direitos, que nas interações, relações e práticas cotidianas que vivenciam, constrói sua identidade pessoal e coletiva, o que possibilita o desenvolvimento de uma nova consciência ambiental.

Dessa maneira, o trabalho apresentado proporciona ponderações e reflexões sobre a correlação da BNCC com os Direitos Humanos e os ODS, bem como, o meio ambiente e suas contribuições para aprendizagens.

A BNCC E SUA CORRELAÇÃO COM OS DIREITOS HUMANOS E AS ODS

É sabido que a educação é a peça chave para o desenvolvimento da sociedade e do país, sendo assim, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento norteador para orientar a educação no Brasil e define o conjunto de aprendizagens essenciais que todos os alunos têm direito na educação básica, assegurando seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento fundamental, visto que o mesmo que determina as competências (gerais e específicas), as habilidades e as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver durante cada etapa da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio).

São propósitos que direcionam o ensino no Brasil, como proposta pedagógica tanto para as escolas públicas quanto privadas. Dessa forma, surgiram as chamadas metodologias ativas de ensino, que incitam a participação e a interação do aluno no processo de aprendizagem.

A BNCC integra a política nacional da Educação Básica e contribui para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à formação de professores, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Por a Base Nacional Comum Curricular ser um documento que determina os direitos de aprendizagem dos alunos, assim, possui 10 competências gerais que direciona o trabalho na educação básica.

Essas competências devem ser desenvolvidas pelos estudantes ao longo de todos os anos da educação básica e, por isso, permeiam cada um dos componentes curriculares, das habilidades e das aprendizagens essenciais especificados no documento da BNCC.

Isso significa que competência é aquilo que permite aos estudantes desenvolverem plenamente cada uma das habilidades e aprendizagens essenciais estipuladas pela BNCC.

Assim, a BNCC destaca as competências gerais da educação básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

2. Exercitar a curiosidade intelectual e

recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.

3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.

4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.

9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.

10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. (BRASIL, 2017, p. 9-10).

Essas competências articulam-se ao compromisso da educação brasileira com a formação humana integral e com a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.

Enfatizando a competência 9 que trata de exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza, essa competência se associa com o processo formativo, pois, é fundamental saber interagir e aprender com outras culturas, combater o preconceito, utilizar diferentes formas de diálogo para promover o entendimento entre pessoas, construir, negociar e respeitar regras de convivência, planejar, decidir e realizar ações e projetos de forma colaborativa.

E a competência número 10, aborda a importância das atitudes que contribuem para a preservação do meio ambiente, quando destaca, o agir pessoal e coletivamente com autonomia, tomando decisões com base em princípios sustentáveis e solidários, assim, a Educação ambiental é colocada como parte da realidade do ambiente escolar.

Por fim, tudo isso está presente nas relações que se estabelecem e são imprescindíveis para que respeito mútuo, solidariedade, empatia e cooperação sejam efetivamente construídos como valores para todos.

Nesse sentido, Loureiro (2009) destaca:

A educação ambiental tem sido apresentada como uma modalidade da educação preocupada com o exame de problemas ambientais. Nesse sentido, desde a conferência de Estocolmo (ONU, 1972.), a educação ambiental foi reconhecida como instrumento decisivo para promover as mudanças na humanidade objetivando-se sua orientação e inspiração necessária para preservar o melhorar a qualidade do ambiente.

(LOUREIRO, 2009, p. 175).

Vale ressaltar, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento completo que corresponde às demandas dos estudantes desta época, preparando-o para o futuro, bem como, reconhece que a educação deve afirmar valores e estimular ações que contribuam para a transformação da sociedade, tornando-a mais humana, justa e voltada para a preservação da natureza, dessa maneira, a BNCC está alinhada aos direitos humanos e as ODS 2030.

Nesse sentido, a Declaração Universal dos Direitos Humanos ajudou a consolidar a ideia de direitos humanos e atua na busca de melhorias para a humanidade e no combate às desigualdades, assim como, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são

integrados e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) entrou em vigor após uma Assembleia Geral da ONU realizada em 1948. Esse documento é composto por 30 artigos, os quais determinam os direitos básicos de todos os seres humanos, sendo abordadas questões relativas à liberdade religiosa, liberdade de expressão, direito à propriedade e condenação de práticas como a tortura e a escravidão.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um tema pertinente e urgente a ser discutido e ampliado, uma vez que trata assuntos essenciais e entre várias temáticas, a educação no sentido do pleno desenvolvimento da personalidade humana e do fortalecimento do respeito pelos direitos humanos e pelas liberdades fundamentais, ou seja, uma questão indispensável, já que todos merecem estes direitos, sem discriminação, incluindo ainda, o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre outros.

O Brasil junto aos 193 países membros da Organização das Nações Unidas (ONU) comprometeu-se a adotar a Agenda 2030, que contém os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). A agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade e que também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade.

As ODS constituem de um plano de ação global com 17 objetivos e 169 metas para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, protegendo o planeta e promovendo sociedades pacíficas e inclusivas até o ano de 2030.

Vale ressaltar, a importância dos Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), já que é uma agenda mundial adotada durante a Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável em setembro de 2015.

Nesta agenda estão previstas ações mundiais nas áreas de erradicação da pobreza, segurança alimentar, agricultura, saúde, educação, igualdade de gênero, redução das desigualdades, energia, água e saneamento, padrões sustentáveis de produção e de consumo, mudança do clima, cidades sustentáveis, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura, industrialização, entre outros.

Os temas podem ser divididos em quatro dimensões principais, e uma dessas dimensões é a Social, que está relacionada às necessidades humanas, de saúde, educação, melhoria da qualidade de vida e justiça.

Dessa maneira, para que os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam alcançados, o ODS 4, que diz respeito à Educação de Qualidade se torna fundamental.

Considerando também, a mudança social em relação às questões ambientais, com compromisso e responsabilidade.

Nesse aspecto, Loureiro (2009) comenta que:

Educação ambiental é uma prática que dialoga com a questão ambiental. E no senso comum, essa educação visa a mudança de valores, atitudes e comportamento para o estabelecimento de uma outra relação entre o ser humano e a natureza, que deixe de ser instrumental e utilitarista, para se tornar harmoniosa e respeitadora dos limites ecológicos [...] (LOUREIRO, 2009, p. 25-26).

Diante do exposto, vale destacar, que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE).

Cabe destacar, que o artigo 1º da Declaração Universal dos Direitos Humanos exprime que "todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade".

E ainda, a ODS 4 (Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos) que tem como uma das metas, a meta 4.2, essa salienta, que até 2030, garantir a todas as meninas e meninos o desenvolvimento integral na primeira infância, acesso a cuidados e à educação infantil de qualidade, de modo que estejam preparados para o ensino fundamental.

Alinhado a este contexto, o Brasil no ano de 2018 apresentou o documento Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica, cujos objetivos são balizar a qualidade da educação; superar fragmentações políticas educacionais; promover o fortalecimento das esferas educacionais.

Segundo Segura (2001):

Quando a gente fala em educação ambiental pode viajar em muitas coisas, mais a primeira coisa que se passa na cabeça ser humano é o meio ambiente. Ele não é só o meio ambiente físico, quer dizer, o ar, a terra, a água, o solo. É também o ambiente que a

gente vive – a escola, a casa, o bairro, a cidade. E o planeta de modo geral. (...) não adianta nada a gente explicar o que é efeito estufa; problemas no buraco da camada de ozônio sem antes os alunos, as pessoas perceberem a importância e a ligação que se tem com o meio ambiente, no geral, no todo e que faz parte deles. A conscientização é muito importante e isso tem a ver com a educação no sentido mais amplo da palavra. (...) conhecimento em termos de consciência (...). A gente só pode primeiro conhecer para depois aprender amar, principalmente, de respeitar o ambiente. (SEGURA, 2001, p. 165).

Nesse sentido, através de práticas educativas que favorecem a valorização da identidade, o reconhecimento das diferenças, a construção de relações de respeito e o desenvolvimento da consciência cidadã, a escola possibilita oportunidades para ampliar conhecimentos, oportunizando que as crianças sejam protagonistas do seu processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, cabe aos sistemas e redes de ensino. Assim como as escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. (BRASIL, 2017, p. 19).

Assim, a escola tem um papel fundamental para favorecer o acesso às diferentes linguagens como forma de promover às crianças o conhecimento de si e do mundo, possibilitando experiências de narrativas diversas, através das interações e vivências, incentivando a exploração e a curiosidade.

Promover o acesso as diferentes linguagens, possibilita a reflexão do novo, instiga o interesse, aguça a curiosidade e permite aprendizagens significativas.

Neste sentido, Medina (2002) enfatiza que:

A educação ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação dos novos modelos de desenvolvimento sustentável, com justiça social, visando a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, em seus aspectos formais e não formais, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem valores sociais e éticos, adquirem conhecimento, atitudes, competências e habilidades voltadas para o cumprimento do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado em prol do bem comum das gerações presentes e futuras. (MEDINA, 2002, p. 52).

Por fim, é preciso que todos tenham acesso a uma educação pautada nos direitos humanos, nas ODS e na BNCC, para a busca de uma educação de qualidade e de uma sociedade mais justa.

MEIO AMBIENTE E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA APRENDIZAGENS

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira a tratar sobre a importância do meio ambiente no Brasil. No artigo 225 da Constituição fica evidenciado que:

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Em contrapartida, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) também destaca a questão ambiental como fundamental a ser trabalhada de forma contextualizada nas práticas educativas:

O trabalho de Educação Ambiental deve ser desenvolvido a fim de ajudar os alunos a construírem uma consciência global das questões relativas ao meio para que possam assumir posições afinadas com valores referentes í sua proteção e melhoria. Para isso é importante que possam atribuir significado aquilo que aprendem sobre a questão ambiental. E esse significado é resultado da ligação que o aluno estabelece entre o que apreende e a sua realidade cotidiana [...] (BRASIL, 2001, p. 4748).

Nesse sentido, os PCNs propõem práticas pedagógicas que propiciem aprendizagens significativas acerca de questões ambientais, como é enfatizado:

O desenvolvimento de uma proposta com o tema meio ambiente exige clareza sobre as prioridades a serem eleitas. Para tanto ã necessário levar em conta o contexto social, econômico, cultural e ambiental no qual se insere a escola [...] Também os elementos da cultura local, sua história e seus costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema meio ambiente (BRASIL, 2001, p. 74).

E ainda, os PCNs destaca a importância de o professor favorecer a curiosidade dos alunos da educação infantil para a construção de conhecimentos e práticas significativas, de forma contextualizada, a fim de que as questões ambientais se façam presentes no cotidiano das crianças.

Diante do exposto, os Parâmetros Curriculares Nacionais salienta que:

O trabalho com o tema Meio Ambiente deve ser desenvolvido visando-se proporcionar aos alunos uma diversidade de experiências e ensinar-lhes formas de participação, para que possam ampliar a consciência sobre as questões relativas ao meio ambiente e assumirem de forma independente e autônoma atitudes e valores voltados a sua proteção e melhoria (BRASIL, 2001, p. 47).

Nessa direção e para potencializar as aprendizagens e o desenvolvimento das crianças, em relação às questões ambientais, fazem-se necessárias ações que efetivem a importância do meio ambiente, para que todos se sintam responsáveis pelo espaço que habitam e possam compartilhar responsabilidades.

Segundo Segura (2001):

Para a EA vista como aposta de vida, prática cidadã e construção cotidiana de uma nova sociedade, este conceito parece mais "iluminado" de sentido, pois estabelece uma série de outras conexões importantes: a relação eu-nós pressupõe envolvimento solidariedade e a própria participação. Poderia ter escolhida "conscientização" ou "sensibilização", talvez as expressões mais citadas quando se fala em EA, mais foi buscada no conceito de pertencimento uma síntese dessas duas ideias. (SEGURA, 2001, p. 48).

A escola é um espaço onde a criança dará sequência ao seu processo de socialização, onde ocorrem as interações, as oportunidades para ela construir e relacionar diferentes aspectos da natureza e da cultura, dessa maneira, as práticas educativas devem ter como pressuposto fortalecer a parceria família, alunos e escola, e assegurar uma educação numa perspectiva criadora, em que o meio ambiente faça parte da dinâmica de ensino, bem como, seja prazeroso e lúdico, afim de possibilitar o estabelecimento de formas de relação com o outro, de apropriação e produção de cultura, do exercício da decisão e da criação.

Segundo Segura (2001):

A escola foi um dos primeiros espaços a absorver esse processo de "ambientalização" da sociedade, recebendo a sua cota de responsabilidade para melhorar a qualidade de vida da população, por meio de informação e conscientização. (SEGURA, 2001, p. 21).

Visando ainda, estimular os nossos alunos, familiares e profissionais uma alimentação saudável e principalmente na responsabilidade de cuidar e conservar o meio ambiente.

Sendo assim, Polli e Signorini (2012) comentam que:

A Educação Ambiental se constitui numa forma abrangente de educação, que se propõe atingir todos os cidadãos, através de um processo pedagógico participativo permanente que procura incutir no educando uma consciência crítica sobre as problemáticas ambientais, compreendendo-se a capacidade de captar a gênese, a evolução, e os processos de reversão de tais danos ao meio ambiente. (POLLI e SIGNORINI, 2012, p. 100).

Levando em consideração que as crianças aprendem explorando e descobrindo o meio em que vivem através das observações da natureza e do que é vivenciado, é imprescindível que diversas oportunidades de práticas pedagógicas possam ser proporcionadas dentro e fora do ambiente escolar, permitindo assim, que as crianças se apropriem das instituições urbanas como locais de reflexão, entretenimento e convivência social.

Portanto, a escola é um importante espaço de mobilização e ação, que objetiva encontrar meios que possam minimizar os problemas do meio ambiente causado pelo homem. Como enfatiza Loureiro (2009):

Como proposta de educação no processo de gestão ambiental busca a intervenção qualificada, coletiva e organizada, trata-se de se organizar o processo de ensino aprendizagem de modo coletivo do conhecimento sobre a realidade de um processo dialético de ação-reflexão, ou seja, de exercício da práxis, objetivando sua transformação. (LOUREIRO, 2009, p. 60).

A partir dessas vivências, as crianças podem desde cedo adotar atitudes que garantam melhoria da qualidade de vida, sendo incentivadas a considerar a necessidade de se preservar o meio ambiente em que vivemos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) tem como objetivo formar estudantes com habilidades e conhecimentos considerados essenciais para o século XXI, incentivando a modernização dos recursos e das práticas pedagógicas e promovendo a atualização do corpo docente das instituições de ensino e está alinhada aos direitos humanos e as ODS 2030.

Nesse sentido, os direitos humanos são garantias jurídicas universais que protegem indivíduos e grupos contra ações ou omissões dos governos que atentem contra a dignidade humana, bem como, os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

As ações voltadas para conscientização do meio ambiente desde a educação básica possibilitam ampliar o universo de experiências, conhecimentos e habilidades.

Portanto, as competências do século XXI pressupõem a formação de cidadãos críticos, conscientes, criativos, participativos e responsáveis, capazes de se comunicar, lidar com as próprias emoções e propor soluções para problemas e desafios, inclusive comprometidos com o meio ambiente e todo o mundo ao seu redor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular: Educação Infantil e Ensino Fundamen-